

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 297.814 - SP (2013/0039354-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**  
**ADVOGADOS : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S)**  
- PE016983  
DENIS ATANAZIO - SP229058  
**AGRAVADO : JORGE DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO E OUTRO**  
**ADVOGADOS : AYRTON MENDES VIANNA E OUTRO(S) - SP110408**  
THIAGO RAMOS VIANNA - SP279419

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, contra acórdão proferido pela Corte Estadual que, em sede de ação de responsabilidade securitária habitacional, manteve a competência da Justiça Estadual, ante a desnecessidade de participação da Caixa Econômica Federal no feito.

É o relatório.

Decido.

1. Como é sabido, o Supremo Tribunal Federal, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada no **Recurso Extraordinário 827.996/PR**, no que diz respeito se há interesse jurídico da Caixa Econômica Federal (CEF) para ingressar como parte nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

O reconhecimento de repercussão geral, à tese apresentada no mencionado recurso, orienta o sobrestamento destes feitos, bem como instila a incidência do preceituado nos arts. 1.036 e 1.037, II, do CPC/2015, face ao possível juízo de retratação pela instância de origem.

2. Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo do **Recurso Extraordinário n.º 827.996/PR** e eventual retratação prevista na sistemática dos arts. 1.040, II e 1.041, ambos do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator